

EIT CONSTRUÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

1. Contexto operacional

A EIT Construções S.A. (Em Recuperação Judicial) (a “Sociedade”), sociedade anônima, constituída em 23 de março de 2011, tem como principal atividade a construção de rodovias e ferrovias. A Sede da Sociedade está localizada na Rua Gerardo Pereira de Melo, Nº 1020 sala 04, Bairro Juazeiro - Jaguaruana, Estado do Ceará.

Pandemia do COVID-19

Considerando o contexto da pandemia referente a COVID-19, a Sociedade manteve as práticas adotadas no ano anterior, mantendo medidas mitigadoras, buscando a normalidade no atendimento aos clientes, a preservação da saúde e o bem-estar de colaboradores diretos e indiretos.

No momento, parcela expressiva dos colaboradores seguem em rotina de trabalho remoto (*home office*). A Sociedade passou a monitorar e oferecer todo suporte às pessoas com quadro indicativo da doença, restringir fortemente viagens. A Sociedade se adaptou rapidamente a uma nova realidade de negócios e operações e continua atento a novas necessidades que se apresentem adiante como decorrência deste momento ímpar para a humanidade.

Apesar de todos os importantes avanços na agenda de valor da Sociedade, o exercício de 2021 impôs também grandes desafios à condução dos negócios e às operações, em função do contexto trazido pela pandemia da COVID-19. Neste contexto desafiador, a Sociedade norteou todas as ações pelos princípios de Consciência, Responsabilidade e Solidariedade.

Adicionalmente, a Sociedade vem acompanhando atentamente os impactos da COVID-19 sobre a atividade econômica.

A Sociedade não identificou, até o momento, impactos materiais relacionados ao COVID-19.

Assembleia Geral de Credores

Em 14 de abril de 2016, foi deferido o processo de recuperação judicial, ação de número 0005231-74.2016.8.06.0108, em trâmite no Juízo da Comarca de Jaguaruana - CE. Apesar de o Plano de Recuperação Judicial (“Plano”) ter sido deferido, a aprovação pela Assembleia Geral de Credores (“AGC”) não havia sido realizada até a data de conclusão destas demonstrações contábeis.

Prorrogação da recuperação judicial “se houver”

Aprovação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram aprovadas pela Diretoria em 10 de março de 2022.

2. Apresentação das demonstrações contábeis

2.1. Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações contábeis da Sociedade, foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em conjunto com o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) - PME - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas.

2.2. Base de elaboração

As demonstrações contábeis foram elaboradas com base no custo histórico, exceto se mencionado ao contrário nas práticas contábeis descritas a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor nominal das contraprestações pagas em troca de ativos.

2.3. Moeda funcional e de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis da Sociedade são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Sociedade atua ("moeda funcional").

As demonstrações contábeis são apresentadas em reais - R\$ (milhares de reais), exceto quando indicado de outra forma.

3. Principais práticas contábeis

a) Instrumentos financeiros ativos

Classificação - Ativos e passivos financeiros

Contém três principais categorias de classificação para ativos financeiros: mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes (VJORA) e ao valor justo por meio do resultado (VJR).

Redução ao valor recuperável (*impairment*) - Ativos financeiros e ativos contratuais

O modelo de perdas esperadas se aplicará aos ativos financeiros mensurados ao custo amortizado ou ao Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes - VJORA, com exceção de investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais. As provisões para perdas esperadas foram mensuradas com base nas perdas de crédito esperadas para a vida inteira, ou seja, perdas de crédito que resultam de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro. As perdas estimadas foram calculadas com base na experiência real de perda de crédito nos últimos anos, em função dos saldos de contas a receber não serem pulverizados, sendo concentrado principalmente em clientes do mercado interno.

Compensação de instrumentos financeiros

EIT CONSTRUÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

b) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem caixa, contas bancárias e aplicações financeiras com liquidez imediata e com baixo risco de variação no valor, sendo demonstrados pelo custo, acrescido dos juros auferidos. O caixa e equivalentes de caixa são classificados como empréstimos e recebíveis, e seus rendimentos são registrados no resultado do exercício.

c) Contas a receber

Avaliadas pelo montante original dos serviços prestados, deduzidas da Provisão para perdas estimadas, a qual é constituída quando existe uma evidência objetiva de que a Sociedade não será capaz de cobrar todos os valores devidos de acordo com os prazos originais das contas a receber. A Administração da Sociedade efetua análises individuais de sua carteira de recebíveis para determinação dos valores de liquidação duvidosa.

A provisão é considerada suficiente para a cobertura de eventuais prejuízos na realização de valores a receber de clientes, levando-se em consideração a análise das operações em aberto, das garantias existentes e dos riscos específicos apresentados.

d) Demais contas a receber e a pagar

Apresentadas ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

e) Imobilizado

As edificações, os móveis e utensílios, as máquinas e os equipamentos e os veículos, caminhões e outros estão demonstrados ao valor de custo, deduzido de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados nas datas dos balanços, e o efeito de quaisquer mudanças nas estimativas é contabilizado prospectivamente.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

Atualmente todo o Ativo Imobilizado da Sociedade encontra-se totalmente depreciado, não havendo registro de depreciação no exercício corrente.

f) Redução ao valor recuperável de ativos

O imobilizado e outros ativos não circulantes, são revistos anualmente para se identificar evidências de perdas não recuperáveis, ou, ainda, sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

g) Provisão para riscos trabalhistas e tributários

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos riscos ativos e passivos são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

(i) **Ganhos contingentes** - não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como certo;

(ii) **Riscos passivos** - são provisionados levando em conta a opinião dos consultores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas nas demonstrações contábeis; as classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

h) Empréstimos e financiamentos, provisões e outros passivos circulantes e não circulantes

Os empréstimos e financiamentos bancários são contabilizados inicialmente no recebimento dos recursos, líquidos dos custos de transação. Em seguida, os empréstimos e financiamentos tomados são apresentados líquidos dos pagamentos realizados, acrescidos de encargos e juros proporcionais ao exercício incorrido (“*pro rata temporis*”).

As provisões são reconhecidas quando a Sociedade tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação e uma estimativa confiável do valor possa ser feita.

Os demais passivos circulantes e não circulantes são demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos.

i) Reconhecimento da receita

A Sociedade avaliou os cinco passos para reconhecimento e mensuração da receita:

- Identificar os tipos de contratos firmados com seus clientes;
- Identificar as obrigações presentes em cada tipo de contrato;
- Determinar o preço de cada tipo de transação;
- Alocar o preço às obrigações contidas nos contratos;
- Reconhecer a receita quando (ou na medida em que) a entidade satisfaz cada obrigação do contrato.

A Sociedade analisou a sua principal receita que é a prestação de serviço de construção de rodovias e ferrovias.

j) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de Imposto de Renda e Contribuição Social do período compreendem os impostos: corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido.

O encargo de Imposto de Renda e Contribuição Social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço no país em que a Sociedade atua e gera lucro tributável.

A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Sociedade nas declarações de Impostos de Renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são reconhecidos usando-se o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais dos ativos e passivos e seus valores contábeis nas demonstrações contábeis.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos são determinados, usando alíquotas de imposto (e leis fiscais) promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço, e que devem ser aplicadas quando o

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)**

respectivo imposto diferido ativo for realizado ou quando o imposto diferido passivo for liquidado.

O Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos ativo são reconhecidos somente na proporção da probabilidade de que lucro tributável futuro esteja disponível e contra o qual as diferenças temporárias possam ser usadas.

Os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes e quando os Impostos de Renda diferidos ativos e passivos se relacionam com os Impostos de Renda incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis onde há intenção de liquidar os saldos numa base líquida.

k) Gestão de riscos financeiros

Fatores de risco financeiro

As atividades da Sociedade a expõe a diversos riscos financeiros: risco de mercado (incluindo a taxa de juros), risco de crédito e risco de liquidez. O programa de gestão de risco da Sociedade se concentra na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca minimizar potenciais efeitos adversos no desempenho financeiro da Sociedade.

A gestão de risco é realizada pela alta administração da Sociedade, segundo as políticas aprovadas pelos quotistas. A alta administração da Sociedade identifica, avalia e protege a Sociedade contra eventuais riscos financeiros.

Risco de taxa de juros

O risco de taxa de juros da Sociedade decorre de empréstimos de longo prazo. Os empréstimos emitidos às taxas variáveis expõem a Sociedade ao risco de taxa de juros e a saúde do seu fluxo de caixa. Os empréstimos emitidos às taxas fixas expõem a Sociedade ao risco de valor justo associado à taxa de juros.

Ao longo dos últimos anos a Sociedade vem reduzindo o volume de empréstimos, a qual entende que o risco de mudanças significativas no resultado e nos fluxos de caixa é baixo.

Risco de crédito

O risco de crédito decorre de caixa e equivalentes de caixa, depósitos em bancos e instituições financeiras, bem como de exposições de crédito a clientes. Para bancos e instituições financeiras, são aceitos somente títulos de entidades consideradas de primeira linha.

**Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)**

A Administração da Sociedade avalia a qualidade do crédito do cliente, levando em consideração sua posição financeira, experiência passada e outros fatores.

Risco de liquidez

A previsão de fluxo de caixa é realizada pela administração da Sociedade.

A administração monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Sociedade para assegurar que ela tenha caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. Essa previsão leva em consideração os planos de financiamento da dívida da Sociedade, cumprimento de cláusulas, cumprimento das metas internas do quociente do balanço patrimonial e, se aplicável, exigências regulatórias externas ou legais.

l) Uso de estimativas

A elaboração das demonstrações contábeis, em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a Administração da Sociedade prepare estimativas e adote premissas que podem afetar o valor de ativos e passivos e a divulgação de ativos e passivos contingentes, assim como os valores de receitas e despesas. As contas que usualmente requerem o uso de estimativas são: (i) provisão estimada para créditos de liquidação duvidosa; (ii) vida útil estimada do imobilizado; (iii) provisão para redução ao valor recuperável dos ativos - “*impairment*”; (iv) provisão para riscos trabalhistas e tributários; e (v) projeções de lucros tributáveis futuros para determinação do imposto de renda e da contribuição social diferidos. Os valores reais podem diferir daqueles estimados. A Sociedade revisa as estimativas e premissas pelo menos anualmente.

m) Alterações e interpretações do CPC PME R1

Não estão previstas alterações no CPC PME R1 com impactos retrospectivos e prospectivos em relação a essas demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2020, e a partir de 1º de janeiro de 2021 até a presente data.

EIT CONSTRUÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

4. Instrumentos financeiros por categoria

	2020	2019 (não auditado)
Custo amortizado		
<i>Ativos, conforme o balanço patrimonial</i>		
Caixa e equivalentes de caixa	795	1.192
Contas a receber	4.458	4.247
Créditos a receber de consórcio	2.592	2.484
Partes Relacionadas ativas	47.250	53.602

	2020	2019 (não auditado)
Custo amortizado		
<i>Passivos, conforme o balanço patrimonial</i>		
Fornecedores	8.131	8.023
Empréstimos e financiamentos	144	144
Obrigações sociais e trabalhistas	24.677	25.579
Obrigações tributárias	3.770	3.921
Parcelamentos tributários	9.370	9.121
Partes relacionadas	4.228	4.228

5. Caixa e equivalentes de caixa

	2020	2019 (não auditado)
Caixa	152	125
Conta corrente	11	4
Aplicações financeiras de liquidez imediata	632	1.063
	795	1.192

As disponibilidades da Sociedade são representadas por caixa em espécie e contas correntes com bancos de primeira linha, necessárias para uso normal em suas operações.

6. Contas a receber

	2020	2019 (não auditado)
Construção de rodovias e ferrovias	4.458	4.247
	4.458	4.247

A Sociedade avalia a necessidade de provisão para perdas de créditos substancialmente através de análise periódica e individual dos títulos em atraso, alinhado ao índice de perdas históricas destes créditos.

EIT CONSTRUÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

Em 31 de dezembro de 2020, a Administração entende que não há risco de perdas em suas contas a receber.

Composição por vencimento dos valores de contas a receber

	2020	2019 (não auditado)
A vencer	223	12
Vencidos acima de 360 dias	4.235	4.235
	4.458	4.247

7. Consórcios

	2020	2019 (não auditado)
<u>Créditos a receber de consórcio</u>		
Barragem fronteiras	129	21
Cinturão das águas	2.123	2.123
Tucunduba	63	63
Saneamento Upanema	277	277
	2.592	2.484
	2020	2019 (não auditado)
<u>Obrigações a pagar de consórcio</u>		
Rio cocó	1.967	1.967
Edeconsil	7.655	7.655
BRT Belém	8.724	7.899
Avenida independência	877	877
	19.223	18.398

São créditos a receber e obrigações a pagar de consórcios as quais a Sociedade é parte envolvida nos projetos desenvolvidos.

8. Adiantamentos concedidos

	2020	2019 (não auditado)
Adiantamentos salariais	2.308	2.251
Adiantamento a fornecedores	916	955
	3.224	3.206

EIT CONSTRUÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

9. Partes relacionadas

	2020	2019
<i>Partes Relacionadas ativas</i>		(não auditado)
Eit Empresa Industrial Técnica S.A. - Em Recuperação Judicial	47.250	53.602
	47.250	53.602
<i>Partes relacionadas passivas</i>		(não auditado)
Geraldo Cabral Rola Filho	91	91
Cia Industrial e Técnica Do Maranhão Citema	4.137	4.137
	4.228	4.228

São créditos a receber e débitos a pagar com partes relacionadas decorrentes de transferência de recursos financeiros com obrigação de devolução futura.

10. Imobilizado

Composição do imobilizado:

		2020			2019
	Taxa anual de depreciação - %	Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	(não auditado)
Terrenos	10	305	-	305	305
Maquinas e equipamentos	10	7.117	(7.117)	-	-
Veículos	20	2.661	(2.661)	-	-
Móveis e utensílios	10	1.345	(1.345)	-	-
Computadores e periféricos	20	295	(295)	-	-
Peças e ferramentas	10	63	(63)	-	-
		11.786	(11.481)	305	305

11. Intangível

Em 31 de dezembro de 2020, o montante de R\$ 38.613 (R\$ 38.613 em 31 de dezembro de 2019) se trata de atestado de capacidade técnica e operacional de realização de obras em que a Sociedade obtenha o direito efetivo da prestação de serviços. A Sociedade avalia periodicamente o Ativo intangível e entende que não há indícios de desvalorização do mesmo, não havendo amortização do saldo.

12. Fornecedores

A Sociedade possui uma carteira de fornecedores pulverizada que está representada substancialmente por fornecedores relacionados a prestação de serviços e aquisição de peças, máquinas, veículos e ferramentas. Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 não existe concentração ou relação de dependência de fornecimento de materiais e/ou serviços para com terceiros.

EIT CONSTRUÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Em milhares de Reais)

13. Obrigações sociais e trabalhistas

	2020	2019 (não auditado)
Reclamações trabalhistas (a)	9.542	9.542
Salários e ordenados	2.982	2.908
INSS - Instituto Nacional do Seguro Social	3.646	3.515
FGTS - Fundo de Garantia do Tempo de Serviço	5.543	6.060
Férias	2.759	2.796
Contribuição sindical	147	147
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	58	611
	24.677	25.579
Circulante	6.038	6.940
Não circulante	18.639	18.639

(a) São débitos trabalhistas assumidos em juízo para cumprimento do processo de recuperação judicial.

14. Obrigações tributárias

	2020	2019 (não auditado)
IRRF - Imposto de renda retido na fonte	127	148
ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	142	136
IRPJ - Imposto sobre a Renda das pessoas Jurídicas	637	637
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	1.220	1.103
PIS - Programa de integração social	262	237
CSLL - Contribuição social sobre o lucro líquido	104	104
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	1.223	1.223
Outras obrigações tributárias	55	333
	3.770	3.921

15. Parcelamentos tributários

	2020	2019 (não auditado)
Previdenciários	2.980	3.237
Federais	6.390	5.884
	9.370	9.121
Circulante	1.779	2.141
Não circulante	7.591	6.980

EIT CONSTRUÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

16. Tributos diferidos

	2020	2019 (não auditado)
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	230	224
PIS - Programa de integração social	50	49
CPRB - Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta	756	756
	1.036	1.029

17. Provisão para contingências

A Sociedade efetua periodicamente a revisão de seus processos judiciais com base em fundamentos jurídicos. Esta revisão objetiva classificar as provisões para riscos segundo as chances de ocorrência de sua exigibilidade entre as alternativas de prováveis, possíveis e remotas, levando em consideração as análises de seus assessores jurídicos.

Em 31 de dezembro de 2020, baseada na opinião de seus assessores jurídicos, a Administração entende não haver contingências prováveis de perdas para fazer face a reconhecimento de provisões em suas demonstrações contábeis, bem como não há causas possíveis de perdas para divulgação.

18. Capital social

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019, o capital social da Sociedade é de R\$ 104.448, totalmente integralizado.

	Participação %	2020	2019 (não auditado)
Eit Empresa Industrial Tecnica S.A. - Em Recuperacao Judicial	100%	104.448	104.448
	100%	104.448	104.448

19. Receita operacional líquida

	2020	2019 (não auditado)
Construção de rodovias e ferrovias	731	14.828
COFINS - Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social	(22)	(415)
PIS - Programa de integração social	(5)	(90)
ISS - Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza	(139)	(696)
	565	13.627

EIT CONSTRUÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Em milhares de Reais)

20. Custos e despesas operacionais - por natureza

A Sociedade apresentou a demonstração do resultado utilizando uma classificação das despesas e custos com base nas suas funções. As informações sobre a natureza desses gastos reconhecidos na demonstração do resultado são apresentadas a seguir:

	2020	2019 (não auditado)
Custo dos serviços prestados	(2.738)	(14.819)
Combustíveis e lubrificantes	(33)	(38)
Uso e consumo	(33)	(4)
Locação de veículos e equipamentos	(29)	(27)
Alugueis	(36)	(45)
Serviços de terceiros	(2.999)	(3.063)
Tributárias	(60)	(47)
Outras despesas gerais e administrativas	(80)	(332)
	(6.008)	(18.375)
(-) Custo dos serviços prestados	(2.738)	(14.819)
Despesas gerais e administrativas	(3.270)	(3.556)

21. Resultado financeiro

	2020	2019 (não auditado)
<u>Despesas</u>		
Juros e multas de mora	(547)	(579)
Despesas bancárias	(7)	(8)
	(554)	(587)
<u>Receitas</u>		
Descontos obtidos	4	2
Rendimentos de aplicações financeiras	7	213
	11	215
Resultado financeiro líquido	(543)	(372)